

## **O Estado de S. Paulo**

**22/5/1985**

### **O movimento na agricultura**

Nestes últimos anos, o movimento grevista não tem mais sido confinado apenas aos centros urbanos. De início, abrangeu os cortadores de cana do interior paulista, estendendo-se posteriormente a uma ou, outra categoria. Hoje, são os mesmos cortadores de cana, acompanhados dos apanhadores de laranja (e de café, em menor grau), que ocupam com destaque o noticiário sobre o trabalhismo rural.

No caso da laranja, por exemplo, cabe à indústria o acerto com os trabalhadores, já que esta adquire a safra no pé, devendo arcar com o ônus da colheita. Não faz muito tempo, jamais se tinha ouvido manifestações de greve neste setor. Com o grande crescimento das exportações dos últimos anos, graças o geadas na Flórida, os próprios produtores da matéria-prima começaram a se movimentar, buscando negociações mais equânimes para a determinação dos preços. Hoje, a citricultura encontra-se às vésperas de ver a caixa ser cotada em dólar, com reajustes mensais que acompanharão as oscilações de preço do mercado externo de suco concentrado. Trata-se, para os produtores, de uma vitória. Para a indústria, verifica-se uma situação mais delicada, na medida em que se vê pressionada tanto por lavradores como pela mão-de-obra. Além disto, sua entidade representativa sofreu, recentemente, uma cisão que debilita seu poder de negociação.

Em relação à cana-de-açúcar, o quadro é mais complexo, já que o governo é o supremo mandatário dos destinos do setor (fixa preços, produção, exportação). Os fornecedores da matéria-prima não trabalham, em termos de custo de mão-de-obra, em bases similares aos usineiros, o que dificulta em parte os entendimentos. Além disso, as autoridades tabelam os preços da cana, do açúcar e do álcool. Desde que se verificou a retirada dos subsídios, o setor passou a operar com custos financeiros mais elevados. Mas o fator trabalho não sofre tabelamento de nenhuma espécie, e tanto os fornecedores como os usineiros precisam levar isso em consideração.

Nos dois casos, há características comuns: trata-se de setores que deslancharam significativamente nos últimos anos, um beneficiado pelo Proálcool, outro por aquilo que os economistas chamam de fator "exógeno" (as geadas na Flórida). No primeiro, o grau de intervencionismo governamental é maciço ainda hoje, e certamente impede que as negociações entre capital e trabalho se desenvolvam com maior flexibilidade. Afinal, os empresários não estão dispostos a abrir mão de parte de sua rentabilidade, mesmo porque trabalham sob condições que fogem a seu controle, e não obedecem diretamente à dinâmica do mercado. Tampouco se pode negar aos trabalhadores o direito de reivindicar maiores vencimentos. Contudo, isso deve ter uma distribuição pelo sistema de preços, caso contrário será cometida uma injustiça.

O caso dos apanhadores de laranja é teoricamente mais simples de ser resolvido, quando examinado pelo ângulo do intervencionismo estatal, praticamente inexistente aqui (a não ser pela fixação de cotas de exportação). O problema é que a colheita já foi iniciada, sem que se resolvessem as reivindicações em pauta, o que constitui uma estratégia de duvidosa eficiência. Note-se que, ao mesmo tempo, a indústria precisa resolver a determinação do preço a ser pago aos produtores da matéria-prima, operando portanto em duas frentes. Isso requer agilidade e bom senso, lembrando inclusive que raramente se verificou essa simultaneidade.

Mais do que as particularidades de cada setor, o movimento grevista reflete a inadequação dos atuais mecanismos de política salarial aplicáveis ao campo, além dos demais aspectos atinentes ao lado social. Trata-se de uma lacuna grave, que preocupa a todos e que deveria

ser atacada de modo integrado pelo governo. A simples solução de curto prazo, para situações isoladas, não configura necessariamente a definição de condições mais duradouras para um melhor encaminhamento das negociações futuras.